

Economia

Governo vai aumentar componente de empréstimos no PRR para as empresas

Luísa Pinto

Na versão final do plano, os investimentos rodoviários diminuíram 25% e subiu a aposta na cultura, mar e desporto

A componente de apoio às empresas vai sair reforçada na proposta final de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que o Governo pretende entregar na próxima semana em Bruxelas, através do alargamento da componente de empréstimos. A proposta que foi ontem aprovada em Conselho de Ministros, e que vai hoje ser apresentada ao Presidente da República, prevê que os apoios às empresas – que o Governo contabiliza em cerca de 30% dos cerca de 14 mil milhões de euros a que Portugal terá direito no PRR – possam aumentar através do reforço da componente de empréstimos.

A proposta inicial do PRR previa 13,9 mil milhões de euros em subvenções (2,3 mil milhões de euros por ano) e 2699 milhões de euros em empréstimos (450 milhões de euros por ano). É esta componente que vai sair reforçada. Para além do reforço da verba prevista para capitalizar o Banco do Fomento, o executivo admite que, no caso de haver procura suficiente para as chamadas Agendas Mobilizadoras para a Inovação, o Governo também estará disposto a reforçar os apoios, aumentando a componente de empréstimos. E tal não quer dizer que tenham de ser subsídios reembolsáveis pelas empresas. O Governo contrai o empréstimo, que terá de devolver a Bruxelas, mas pode não o pedir às empresas.

De resto, as 36 reformas e os 77 investimentos que constituíram o desenho inicial da proposta de Plano de Recuperação e Resiliência desenhada pelo Governo não sofreram alterações após o período de consulta pública e de audições a que o programa foi sujeito. E se houve cortes na longa lista de investimentos que constituíam o plano português – e que, apurou o PÚBLICO, se resumem a quatro investimentos rodoviários e uma central fotovoltaica que fazia parte do projecto da Aproveitamento Hidráulico do Crato, em Portalegre – a eliminação destes investimentos deve-se à intransigência de Bruxelas.

No plano inicial estavam previstos 600 milhões de euros para infra-estruturas rodoviárias, abarcando tan-



NUNO FERREIRA SANTOS

to investimentos transfronteiriços, como os chamados *missing links*.

Corte de 200 milhões

Da longa lista de projectos saíram sacrificados quatro que, somados, contabilizam 140 milhões de euros – isto é, menos de 25% do investimento previsto. Mas, confirmou o PÚBLICO, é intenção do Governo mantê-los programados e executá-los, fazendo uma triangulação com o próximo ciclo do financiamento comunitário, e fazer esses investimentos com recurso ao Orçamento do Estado.

Para além dos 140 milhões de euros destinados a estas quatro estradas, a versão final do PRR também vai sacrificar os cerca de 50 milhões de euros que estavam previstos para financiar uma central fotovoltaica que integra o projecto da barragem do Crato, no distrito de Portalegre. O projecto da

É na componente de empréstimos (2,7 mil milhões de euros) do PRR que o apoio às empresas vai sair reforçado



Persequimos o objectivo de garantir que receberemos o mais depressa possível o apoio financeiro

Nelson de Souza

Ministro do Planeamento



Números

13,9

A proposta inicial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) previa 13,9 mil milhões de euros em subvenções (2,3 mil milhões de euros por ano)

4

investimentos rodoviários e uma central fotovoltaica, foram cortados do PRR, cujo investimento previsto era de cerca de 200 milhões de euros

243

milhões de euros é o investimento agora prevista para a cultura, dotando a rede de cineteatros de novas tecnologias de projecção

220

milhões de euros é o investimento para o mar na última versão do PRR, do quais 32 milhões já reservados para o cluster do mar dos Açores

no pilar da digitalização do PRR (recorde-se que Bruxelas impôs que os investimentos se fizessem em três áreas estratégicas: resiliência, transição digital e transição climática). As regras europeias também impedem que este plano possa apoiar medidas de emergência ou de natureza social, pelo que todos os investimentos a financiar têm de ter um carácter mais estrutural.

Mar, cultura e desporto

Na área da cultura, por exemplo, os investimentos previstos servirão para dotar a rede de cineteatros nacionais de novas tecnologias de projecção, ou para digitalizar acervos de bibliotecas. No caso dos investimentos na área do mar, foram elencados 220 milhões de euros de novos investimentos, e os 32 milhões de euros que já estavam reservados para o cluster do mar dos Açores transitaram para esta versão final do PRR. Os investimentos na área do desporto servirão para construir infra-estruturas que impulsionem a prática desportiva – e entram nos objectivos, e nos investimentos, relacionados com a saúde. O programa Bairros Saudáveis também deverá continuar a existir por via do PRR.

Depois da aprovação em Conselho de Ministros, o ministro do Planeamento – que lidera o programa – confirmou ao PÚBLICO que tirando os quatro investimentos em rodovia e a central fotovoltaica do Crato não houve nenhum investimento que tivesse sido sacrificado para arranjar dinheiro para outras reformas. O que aconteceu foi redimensionar algumas componentes, por exemplo, reduzir uma meta que estava em 344 habitações para 340, de forma a não pôr em causa a dimensão dos objectivos traçados. “Estamos a falar de cortar 300 milhões de euros em quase 14 mil milhões. Em termos percentuais não é muito, mas é sempre um exercício difícil”, admitiu o ministro.

De acordo com Nelson de Souza, o Governo está “numa fase quase final”. “É verdade que ainda temos questões para resolver, estamos a estacionar no parque mesmo em frente a praia, já a ver o mar”, afirma o ministro do Planeamento, confirmando que Portugal poderá manter o seu desejo de ser dos primeiros países europeus a entregar a sua proposta de PRR. “Repito que não é uma maratona e não andamos a correr para cortar a meta em primeiro lugar, mas persequimos o objectivo de garantir que receberemos o mais depressa possível o apoio financeiro”, terminou o ministro.

central foi amputado, com o Governo a manter a sua convicção de que esta componente é auto-sustentável – isto é, a central paga-se a si própria – e que o promotor a poderá financiar.

Com o sacrifício destes projectos, que, somados, rondam os 200 milhões de euros, não se percebe como foi possível entrarem novas áreas de investimento, como as que foram anunciadas na cultura (243 milhões de euros), na economia do mar (252 milhões de euros), e, confirmou o PÚBLICO, também na área do desporto (embora aqui, os investimentos ainda não foram quantificados).

Os 243 milhões de euros que vão ser atribuídos à área da cultura estarão inseridos sobretudo